

NÃO DESISTAS!

COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

O GUIA DE BOAS PRÁTICAS
NO ENSINO SUPERIOR

2016

#nãodesistas

MOVIMENTO ASSOCIATIVO ESTUDANTIL

NÃO DESISTAS!

COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

O GUIA DE BOAS PRÁTICAS
NO ENSINO SUPERIOR

2016

#nãodesistas

MOVIMENTO ASSOCIATIVO ESTUDANTIL

NOTA DE ABERTURA

O abandono escolar constitui, presentemente, um dos maiores obstáculos à consolidação do sistema educativo nacional enquanto realidade transversal à sociedade portuguesa, inerte a desigualdades sociais, económicas ou culturais. Estudos sectoriais produzidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Universidade de Évora ou o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra posicionam o fenómeno, não apenas como profundamente danoso para a consolidação do Ensino Superior, mas também fortemente correlacionado com as desigualdades socioeconómicas e com o insucesso escolar.

No entanto, estamos muito longe de nos encontrar num cenário de conhecimento efetivo sobre esta matéria. Os dados existentes são ainda profundamente limitados, incapazes de ser extrapolados para a realidade nacional. Em boa hora a Assembleia da República fez aprovar a Resolução 60/2013 de 28 de março, que recomendava ao Governo a elaboração de um relatório anual sobre o abandono escolar no Ensino Superior, resolução que até ao presente se encontra por cumprir. Ultrapassar esta realidade, efetivando a produção de estudos rigorosos sobre esta matéria, constitui um passo determinante para a produção de políticas sustentadas que permitam ultrapassar este fenómeno, profundamente danoso para o sistema de ensino superior e altamente contributivo para a perpetuação das desigualdades estruturais no acesso ao conhecimento.

Não obstante, importa implementar, de imediato, medidas que vissem minimizar os impactos do abandono no sistema educativo. Para tal, o papel dos agentes do Ensino Superior constitui um mecanismo fundamental, designadamente no quotidiano de frequência e de participação no sistema. Importa, por consequência, garantir que a globalidade da comunidade que constitui o Ensino Superior em Portugal esteja consciente do papel limitativo do abandono escolar para a democratização do conhecimento e, por consequência, para o atraso do sistema educativo nacional face aos sistemas de referência internacional.

Assim, consideram as federações e associações académicas e de estudantes ser da maior pertinência a produção de matéria científica, com sustentação empírica, que vise analisar correta e concretamente o fenómeno, abrindo campo a propostas efetivas que visem irradiar esta realidade do sistema educativo português.

**Encontro Nacional de Direções Associativas,
Lisboa, 13 de março de 2016**

ENQUADRAMENTO

A Estratégia Europa 2020 define, dentro dos que são os compromissos assumidos por Portugal, a necessidade de atingir, no ano de 2020, a percentagem de 40% de diplomados do ensino superior na faixa etária entre os 30 e os 34 anos¹. A fim de cumprir tais metas, o país atravessa desafios interessantes e desafiantes dado que o valor do cumprimento desta meta, apurado em 2014, apontava para os 31%, ainda abaixo da expectativa gerada².

Sob pena do não cumprimento deste compromisso, a necessidade de aumentar os números de estudantes do ensino superior é uma realidade efetiva. Desta forma, apontam-se 3 grandes caminhos para esse cumprimento que resultam no crescimento de estudantes do ensino superior no sistema:

1. O aumento de jovens que, terminando o secundário, ingressam no superior;
2. O regresso, às instituições de ensino superior, de trabalhadores ativos que pretendam reciclar conhecimentos e atualizar as suas formações;
3. O combate ao abandono escolar.

1 COMISSÃO EUROPEIA (2010), Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, 5 e 14.

2 GOVERNO DE PORTUGAL (2014), Estratégia Europa 2020: Ponto de situação das metas em Portugal.

Dos tópicos elencados interessa ao assunto considerado e à matéria em causa o estudo e aprofundamento do fenómeno do abandono escolar, procurando sistematizar alguns dos dados existentes, bem como delinear estratégias e apresentar medidas que, mais do que resolver o problema a jusante, procurem preveni-lo.

O abandono escolar é uma realidade quotidiana e testemunhada por todos os que frequentam o ensino superior. Considera-se este abandono, de forma mais abrangente, como a saída dos estudantes do ciclo de estudos que frequentam materializando a saída do ensino superior ou a mudança de curso dentro ou fora da instituição que frequenta, tendo estas implicações distintas e manifestando necessariamente diferentes tipos de resposta.

Este fenómeno tem sido, sobretudo durante os últimos anos, alvo de crescente interesse e preocupação. As consequências da crise financeira nos rendimentos das famílias e os cortes no financiamento ao ensino superior, em particular, a redução das dotações orçamentais para a ação social direta, assim como a introdução de regras mais restritivas para a atribuição das bolsas de estudo são os fatores apontados como principais responsáveis pelo aumento do fenómeno.

Na ótica das instituições de ensino superior, a análise do abandono escolar é vista como um exercício bastante complexo. De acordo com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), “não é possível obter dados totalmente fidedignos” e “não basta atender ao número de anulações (de matrícula) registadas”³. Também no que diz respeito ao movimento associativo nacional, sendo premente a preocupação em torno desta matéria, a análise séria da problemática evidencia que é resultado de vários fatores que podem não só ser independentes, como também podem ser resultado da incidência múltipla e complexa de diferentes problemas. Dentro

3 CRUP (2013), Nota de Imprensa, Abordagem ao fenómeno do abandono escolar. <http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/notas-informativas/5132-abordagem-ao-fenomeno-do-abandono-escolar> [7 de março de 2016]

deste cenário, entendemos, à partida que não podem ser descurados três períodos de incidência bem diferentes onde se pode agir no sentido de promover a redução do fenómeno do abandono dos ciclos de estudo: antes do acesso ao ensino superior, imediatamente após a entrada e genericamente ao longo do percurso do estudante.

DADOS SOBRE O FENÓMENO

Apesar das dificuldades apresentadas na obtenção de dados sobre o abandono escolar, é possível, ainda assim, encontrar alguma informação sobre o tema. Como adiantado previamente, o fenómeno não ocorre exclusivamente no superior, sendo também existente no ensino secundário e outros graus de ensino. Assim, alertando para a necessidade de dados no que à temática diz respeito, inicia-se este mesmo capítulo denunciando o incumprimento de sucessivos Governos no que diz respeito à resolução da Assembleia da República n.º 60/2013, aprovada em 28 de março de 2013, em que a “Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que apresente à Assembleia da República, anualmente, um relatório profundo e rigoroso sobre o abandono escolar no ensino superior.” Este relatório nunca foi efetivamente produzido, estando em falta esta exigência e estudo aprofundado sobre a temática.

Dados publicados pela Pordata⁴, com base no Eurostat, apontam uma taxa de abandono escolar precoce de 19,2% em 2013, tendo como amostra indivíduos com idades situadas entre 18 e 24 anos que não concluíram o Ensino Secundário e já não estudam. O valor mostra uma clara evolução em relação aos anos anteriores, em parte fruto do alargamento a 12 anos do ensino obrigatório, efetivado a partir de 2009. No entanto, Portugal mantém, ainda assim, o terceiro pior registo da União Europeia, bem longe da média de 12,7% e do

4 PORDATA (2014) Retrato de Portugal na Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 4.

objetivo europeu de 10,0% em 2020⁵.

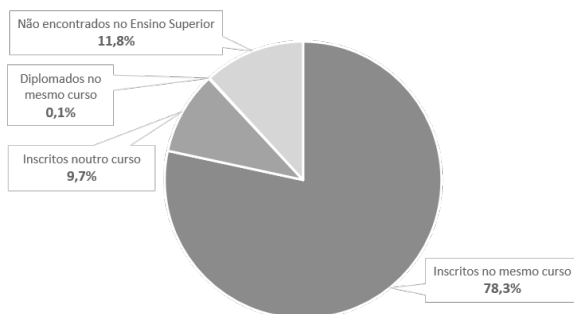
Adicionalmente, no que respeita ao Ensino Superior, a publicação dos primeiros dados estatísticos recolhidos a partir do Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) por parte da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGE-EC) no estudo "Ensino Superior: Situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12"⁶, reforçam a existência de um panorama verdadeiramente preocupante: em todos os subsistemas de ensino, pelo menos um em cada dez estudantes não é encontrado no Ensino Superior no ano seguinte, correspondendo estes desaparecimentos a abandono escolar real e objetivo, possível de apurar devido às comparações entre os inquéritos RAIDES individualizados dos anos consecutivos. Ao comparar os dados dos vários subsistemas de Ensino Superior relativos ao período em análise, verifica-se um panorama semelhante nos Ensinos Universitário e Politécnico com taxas de abandono após 1º ano na instituição dos 12% (Figura I) sendo esta taxa muito inferior nos cursos de mestrado integrado com 3,6% no Ensino Público Universitário e 8% no Ensino Privado Universitário (Figura II). Por sua vez, nos cursos de mestrado 2º ciclo, o abandono no 1.º ano é mais frequente, situando-se na casa dos 22% no Ensino Público (Figura III). As mudanças de curso, ao invés, são menos frequentes nos Mestrados do que nas Licenciaturas.

5 EUROSTAT (2014) Eurostat regional yearbook 2014. European Commission, 78.

6 DGEEC (2012) Ensino Superior: situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12, 4-5 e 15.

Figura I. Licenciaturas no Ensino Superior Público

Ensino universitário (24797 novos inscritos em 2011)



Ensino politécnico (24607 novos inscritos em 2011)

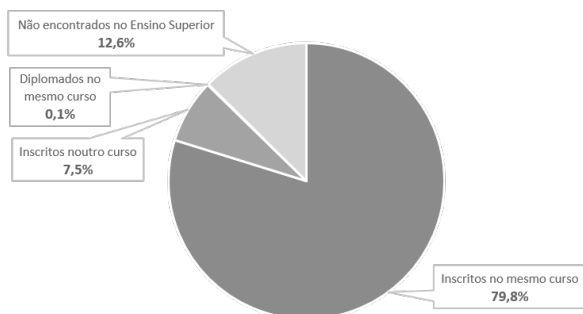
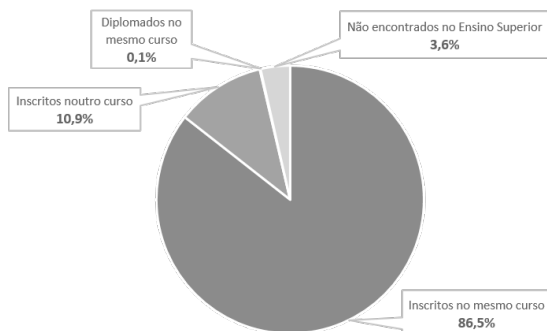


Figura II. Mestrados Integrados

Ensino público universitário (8 844 novos inscritos em 2011)



Ensino privado universitário (1 488 novos inscritos em 2011)

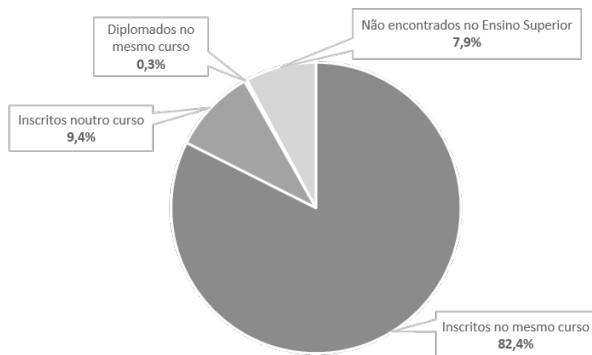
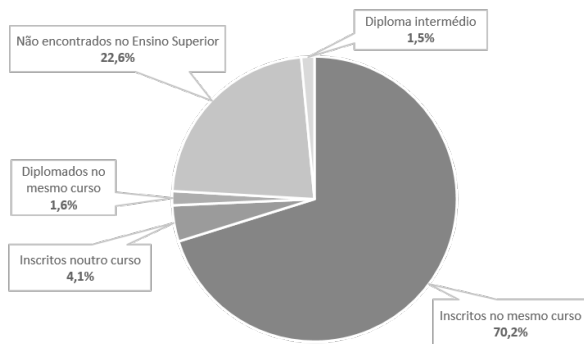
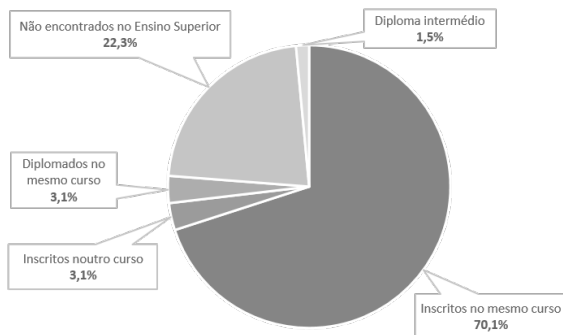


Figura III. Mestrados 2º ciclo no ensino superior público

Ensino universitário (17 546 novos inscritos em 2011)

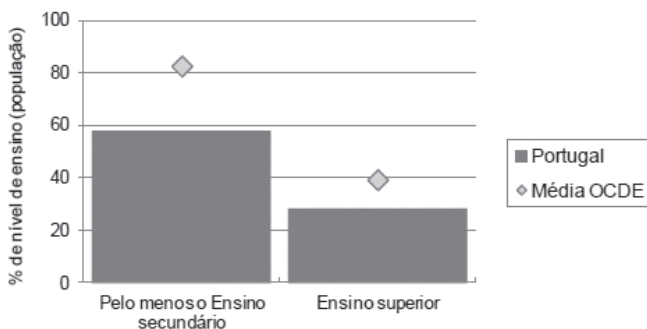


Ensino politécnico (24607 novos inscritos em 2011)



Acrescentam-se ainda dados de 2011 onde se verifica que 58% da população com 25-34 anos de idade completou pelo menos o ensino secundário, em comparação com a média da OCDE de 82%, e 28% completou o ensino superior, comparando com a média da OCDE de 39%⁷.

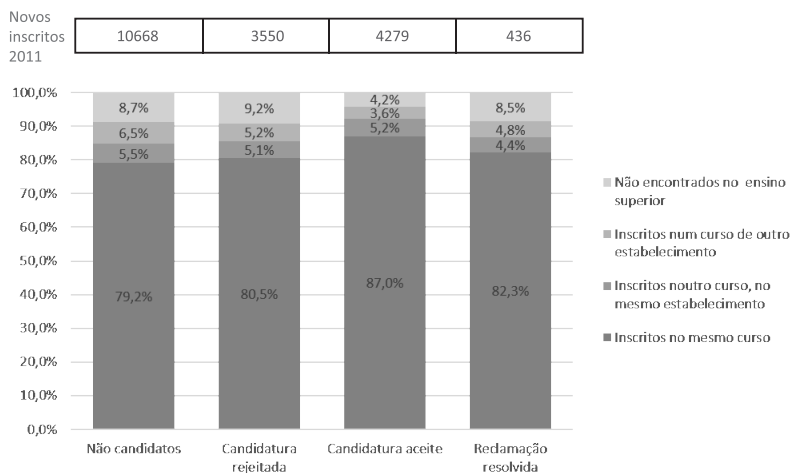
Figura IV. Nível de escolaridade mais elevado completo, de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, 2012



Ao avaliar a situação dos estudantes candidatos a bolsas de ação social após um ano, as taxas de abandono não são muito diferentes entre os candidatos a bolsas que veem o seu pedido recusado e os alunos que não se candidatam de todo (Figura V). Muito embora, presumivelmente, quem se candidata tenha mais dificuldades económicas. Por outro lado, a atribuição de bolsa reduz consideravelmente a probabilidade de abandono, que passa de 9% para cerca de 4% para quem entra no Ensino Público pelo Regime Geral de Acesso. A notar que um atraso de alguns meses na concessão da bolsa quase anula o efeito das bolsas na redução do abandono o que nos dá a indicação de que as decisões dos alunos sobre o abandono são tomadas cedo no ano letivo. Nos Mestrados Integrados, as taxas de abandono continuam baixas, independentemente da situação relativa à bolsa.

⁷ OCDE (2011) Education at a Glance 2011: OECD Indicators, 44-62

Figura V. Licenciaturas no Ensino Superior Público Universitário - Regime Geral de Acesso



Daqui se conclui que a fraca resposta da Ação Social em termos de rapidez e eficácia, aliada à inexistência de mecanismos de acompanhamento do estudante, em especial dos grupos mais carenciados, são elementos que podem potenciar o abandono escolar.

Em suma, o guia de boas práticas para o combate do abandono escolar no ensino superior visa não só sensibilizar a tutela e as instituições de Ensino Superior para a gravidade deste problema, para a urgência que existe em definir quais são efetivamente as causas e os números reais de abandono escolar no panorama nacional, mas também apresentar um conjunto de linhas de orientação para a prevenção deste flagelo, incidindo especialmente nas boas práticas e exemplos positivos de diversas realidades.

PRINCIPAIS FATORES PARA O ABANDONO ESCOLAR

O grupo de trabalho formado pelo CRUP em 2013 e que também reuniu dirigentes das federações e associações académicas e de estudantes concluiu, no que respeita aos motivos para o abandono escolar, que esta situação tem “vários fatores na sua génese: questões de ordem vocacional, dificuldades em corresponder ao grau de exi-

gência da formação superior, dificuldades de gestão de tempo/carga horária (especialmente no caso dos mestrados), desmotivação gerada por expectativas goradas, défices de formação de base, percepção de dificuldade de empregabilidade em algumas áreas, dificuldades económicas, entrada no mercado de trabalho, entre outras”⁸, tais como a má integração do estudante na instituição ou na cidade.

Os números reais do abandono escolar, desagregados por motivo que levou à situação de abandono, permanecem ainda hoje por apurar. No entanto, a consciência da gravidade do fenómeno ao longo dos últimos anos motivou, proativamente, a adoção de medidas em algumas IES e, da parte do Estado, o lançamento do Programa Retomar, com o intuito de promover o reingresso no Ensino Superior e, mais recentemente, o aumento do limiar de elegibilidade na atribuição de bolsa de estudo para os 16 IAS.

Sendo conhecidos os motivos que estão na génese do abandono escolar, é fundamental identificar boas práticas, pensar soluções e implementar medidas que possam contribuir para a redução deste fenómeno. Neste sentido, agrupamos em quatro grandes grupos os principais motivos para o abandono escolar:

1. Questões de ordem vocacional, porque a maioria dos candidatos ao ensino superior efetua a sua candidatura de acordo com aquela que considera ser a sua vocação profissional, porém, face ao número de vagas, nem todos os candidatos são colocados nas suas primeiras opções de candidatura e, no que respeita à vocação, nem sempre a realidade da área profissional corresponde à ideia pré-concebida do estudante;

2. Insucesso escolar, durante a frequência do Ensino Superior, défices de formação de base, assim como a dificuldade em gerir o tempo/carga horária podem conduzir a situações de insucesso escolar nos diferentes ciclos de estudos;

8 CRUP (2013), Nota de Imprensa, Abordagem ao fenómeno do abandono escolar. <http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/notas-informativas/5132-abordagem-ao-fenomeno-do-abandono-escolar> [7 de março de 2016]

3. Percepção de dificuldades de empregabilidade, a saturação do mercado de trabalho em algumas áreas profissionais, assim como a elevada taxa de desemprego jovem podem provocar a desistência da frequência do Ensino Superior;

4. Dificuldades económicas, a adoção de normas que provoquem a redução do número de bolseiros cria, indubitavelmente, dificuldades acrescidas à frequência do ensino superior por parte dos estudantes em situações económicas de maior vulnerabilidade.

BOAS PRÁTICAS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR

Como base genérica de prevenção ao abandono escolar, considera-se a difusão alargada dos mecanismos de apoio existentes uma medida determinante para a inversão desta realidade. A promoção de medidas informativas constitui, por inerência, um mecanismo preferencial para a sensibilização dos estudantes e candidatos a estudantes do Ensino Superior. Importa, por consequência, promover momentos de divulgação nas escolas básicas e secundárias, visando assinalar a importância da formação superior como via principal para a mobilidade social ascendente, de forma a combater o abandono escolar precoce bem como apresentar a estes estudantes os meios disponíveis para compensar possíveis dificuldades económicas que impeçam a prossecução dos estudos.

Importa, na construção de um processo de valorização do Ensino Superior, estabelecer condições objetivas que confirmem aos estudantes, no momento de entrada, a noção de que a conclusão da formação será uma realidade. Para tal, é determinante estabelecer práticas preventivas no quotidiano das instituições de Ensino Superior, nomeadamente nas relações interpessoais, afirmando cada agente do Ensino Superior como um elemento ativo no combate ao abandono. Assim, é da maior relevância fomentar um maior envolvimento dos docentes, coordenadores de curso, pessoal de apoio técnico e pares na identificação de situações de risco, por meio da

formação e sensibilização para o abandono escolar.

Assim, avançam-se como **medidas de deteção precoce** de sinais de alerta:

1. Identificação e contacto com os estudantes que faltam aos momentos de avaliação, promovido pelos próprios docentes das unidades curriculares;

2. Identificação e contacto com os estudantes que faltam sucessivamente às horas de contacto obrigatórias.

3. A criação de mecanismos de acompanhamento do estudante a nível nacional, recorrendo à monitorização do absentismo nas aulas e provas de avaliação e do percurso escolar, levadas a cabo pelos serviços de gestão académica e pelas unidades orgânicas.

4. Criação de momento de receção aos novos estudantes por iniciativas das instituições e representantes dos estudantes. Nas instituições onde já existe uma receção aos novos estudantes organizada, deve ser feita uma redefinição dos moldes da receção aos estudantes, tornando-a mais esclarecedora sobre os vários serviços e unidades científico-pedagógicas, áreas de atuação respetivas, competências e procedimentos envolvidos para deles usufruir/beneficiar.

1. Questões de ordem vocacional

Curto-prazo:

- Disponibilização de informação clara e objetiva sobre os objetivos e as saídas profissionais de cada ciclo de estudos;

- Maior divulgação relativamente às transferências e mudanças de curso no que diz respeito aos prazos e às condições requeridas, no momento próprio e, também, no início de cada ano letivo;

- Compilação das vagas disponíveis para transferências e mudanças de curso a nível nacional, com link de acesso à respetiva IES e disponibilização da informação na página na DGES, difundida pelas instituições.

Médio-prazo:

- Reforço do aconselhamento vocacional no 3º ciclo do Ensino Básico e, sobretudo, no Ensino Secundário;
- Desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento do estudante, nomeadamente gabinetes de apoio e gabinetes de psicologia que poderão ajudar o estudante a encontrar soluções para redefinição do seu percurso académico, nomeadamente transferência de curso;
- Desburocratização dos processos de transferência e mudança de curso.

2. Insucesso Escolar

Curto-prazo:

- Acompanhamento do percurso académico do estudante de forma a identificar casos de insucesso escolar em tempo útil (identificação através dos sistemas de informação das IES e consequente intervenção do docente tutor, quando aplicável, ou do coordenador do ciclo de estudos;
- Maior divulgação dos horários de atendimento de cada docente e, no início de cada ano letivo, disseminação do propósito deste horário, bem como das fichas das unidades curriculares devidamente preenchidas e atualizadas no início de cada ano letivo;
- Coordenação entre os docentes do mesmo ciclo de estudos no sentido de evitar a simultaneidade de elevadas cargas de trabalho em diferentes unidades curriculares.

Médio-prazo:

- Maior coerência entre as reformas educativas implementadas no Ensino Secundário e a exigência da formação superior;
- Disponibilização de conteúdos e formações através de e-learning permitindo colmatar algumas dificuldades dos estudantes, nomeadamente dos que apresentam limitações à presença em aulas.

- Criação de um sistema de alertas eletrónicos a partir do desempenho académico de cada estudante que notifique tanto o estudante como o tutor e/ou diretor de curso quando o estudante apresentar uma determinada taxa de insucesso, permitindo desencadear os mecanismos de apoio existentes;

- Desenvolvimento de gabinetes de apoio ao estudo ou a realização de trabalhos académicos e de investigação;

- Disponibilização de mecanismos de apoio adicionais a Unidades Curriculares com maiores taxas de reprovação;

- Identificação e contacto dos serviços académicos com os estudantes que no 1º semestre não realizaram um mínimo de, por exemplo, 50% dos ECTS a que estão inscritos na respetiva instituição;

- Desenvolvimento de gabinetes de apoio que poderão ajudar o estudante em dificuldades a encontrar soluções de tutoria adaptadas ao seu currículo.

3. Perceção de dificuldade de empregabilidade

Curto/médio-prazo:

- Cumprimento da disposição legal que obriga à publicação, por parte das IES, da informação estatística associada à empregabilidade dos cursos de licenciatura e mestrado integrado;

- Nos casos aplicáveis, disponibilização por parte das IES, das condições exigidas pelas Ordens profissionais para o exercício da profissão.

4. Dificuldades económicas

Curto-prazo:

- Identificação precoce de estudantes com pagamento de propinas em atraso;

- Generalização da possibilidade de o Estudante optar, no início do ano letivo, pela modalidade de pagamento de propinas que lhe for mais conveniente (mensal, trimestral, semestral e anual);

Médio-prazo:

- Maior celeridade, sobretudo através do recurso à automatização, na atribuição das Bolsas de Estudo nos casos de recandidatura sem alteração do nível de rendimentos;

- Maior celeridade na atribuição das bolsas de estudo aos estudantes recém-colocados devido às exigências de adaptação a uma nova realidade e, na maioria dos casos, a uma nova localidade;

- Criação de fundos de apoio social, da responsabilidade das IES, de forma a atenuar distorções resultantes da aplicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES) e que permitam apoiar estudantes que apresentem significativa vulnerabilidade económica na aquisição de materiais indispensáveis à frequência de determinados ciclos de estudos;

- Desenvolvimento de mecanismos de apoio aos estudantes ao nível alojamento, alimentação, serviços de saúde, livros e material escolar.

- Flexibilização das normas que permitem a alteração do regime de inscrição de integral para parcial no decurso do ano letivo;

- Possibilidade de inscrição a tempo parcial para estudantes de 3º ciclo que não beneficiem de bolsa de investigação;

- Prioridade na contratação de estudantes para realização de tarefas/funções laborais definidas pela IES, retribuídas através da isenção ou redução da propina (dependendo do número de horas de trabalho semanal) ou de remuneração dos estudantes.

CONCLUSÃO

Após análise dos dados supracitados é evidente a urgência com que a temática do abandono escolar deve ser abordada, devendo ser tratada enquanto prioridade para o governo e instituições. Conclui-se que é fundamental trabalhar na prevenção desta realidade, vivenciada atualmente por um número assustador de estudantes. Como tal, uma política de prevenção ocupa um lugar privilegiado no que ao combate ao abandono escolar diz respeito e é, como tal, imprescindível que as instituições adotem uma postura proativa na identificação dos casos bem como na oferta de soluções a curto e a médio prazo. Cabe às unidades orgânicas fazer um melhor acompanhamento da realidade vivida pelos seus estudantes, apostando na proximidade e, conseqüentemente, uma melhor intervenção ao nível da sinalização e resolução do problema. Não obstante, é importante salientar que se mantém enquanto prioridade a união de esforços que vise a criação de alternativas e a apresentação de respostas, com o apoio determinante das federações e associações académicas e de estudantes.

Adicionalmente, é fundamental trabalhar a disponibilidade da informação, para que esta vá ao encontro do estudante de forma clara e simplificada a fim de que nenhum se afaste da sua formação superior por motivos evitáveis e tantas vezes referidos e conhecidos por todas as entidades competentes.

Governo, órgãos de gestão das instituições de ensino superior e representantes dos estudantes deverão não só colocar esta temática no centro dos seus programas e em cima da mesa nos seus encontros, mas também passar a agir em conformidade com as suas propostas e compromissos assumidos para que esta problemática, que aflige cada vez mais famílias, passe a ser um marco do passado da história do Ensino Superior.

